

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 533, DE 2019

Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.

Autor: Deputado JÚLIO DELGADO
Relator: Deputado VINICIUS CARVALHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 533, de 2019, de autoria do nobre Deputado Júlio Delgado, propõe a alteração dos arts. 17 e 491 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

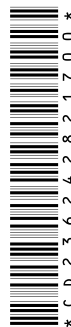
Com relação ao art. 17, a iniciativa acrescenta parágrafo único para estabelecer que, em caso de direitos patrimoniais disponíveis, o interesse para postular em juízo deverá ser evidenciado pela resistência do réu em satisfazer a pretensão do autor.

Quanto ao art. 491, a iniciativa sugere a inclusão de parágrafo para dispor que o juiz, na ação relativa à obrigação de pagar quantia, levará em consideração para a definição da extensão da obrigação, a efetiva resistência do réu em satisfazer a pretensão do autor que, por qualquer meio, tenha buscado a conciliação antes de iniciar o processo judicial.

A matéria tramita em regime ordinário e sujeita-se à apreciação conclusiva das Comissões de Defesa do Consumidor (CDC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

Durante o prazo regimental para o oferecimento de emendas ao Substitutivo que oferecemos na Legislatura anterior, recebemos a ESB 1/2019, de autoria do ilustre Deputado Eli Corrêa Filho.



Por força do art. 166 do Regimento Interno, o prazo para apresentação de emendas foi reaberto tendo sido apresentada a EMC nº 1/2023 por parte do ilustre Deputado Marangoni.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Retoma-se nesta nova legislatura a análise do Projeto de Lei nº 533, de 2019, que propõe a inclusão de dispositivos no Código de Processo Civil para exigir a demonstração da pretensão resistida para a comprovação do interesse em juízo, bem como para definir que o juiz levará em consideração, para o fim de definição da extensão da obrigação, a resistência do réu em satisfazer a pretensão do autor quando este tiver buscado a conciliação antes do ajuizamento de ação.

Conforme explicitado em sua justificação, o projeto de lei sob exame visa incentivar a resolução de conflitos entre as partes via administrativa antes de recorrer ao Poder Judiciário que custa cerca de R\$ 91 bilhões aos cofres públicos.

Na justificativa apresentada juntamente com o projeto de lei, o nobre autor destaca que o Judiciário está se tornando a forma mais utilizada para o acesso do consumidor aos seus direitos.

O autor pontuou que as várias opções extrajudiciais de resolução de conflito, tais como Procons e Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) não estão sendo devidamente utilizados, gerando uma consequente sobrecarga para o Judiciário.

De fato, muitos consumidores sequer entram em contato com o fornecedor para resolução do caso, preferindo o ajuizamento de ações para obter o seu ressarcimento.

Como consequência, o Judiciário recebe diariamente uma enxurrada de demandas de clientes insatisfeitos com produtos ou serviços



adquiridos. E é somente no decorrer das ações que se percebe que tal situação se deve, em boa parte, à ausência de tentativa de resolução do problema antes da sua judicialização.

A importância da presente iniciativa está em incentivar tanto consumidores quanto fornecedores a buscarem a resolução dos conflitos entre si, em vez de inundar o Judiciário com questões que podem ser solucionadas de forma mais rápida e menos custosa para o Estado.

Além disso, os meios não litigiosos costumam resultar também em desfechos mais satisfatórios para as partes, que poderão ajustar a melhor maneira para findar a controvérsia. Buscando o aperfeiçoamento do projeto, apresentamos Substitutivo que inclui no texto do projeto a previsão de que a resistência mencionada poderá ser demonstrada pela reclamação feita pelo consumidor diretamente ao réu, ou junto aos órgãos integrantes da Administração Pública ou do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Pretendemos, com tal sugestão, deixar claro que os protocolos de reclamações registrados em lojas físicas ou por meio de SACs, bem como aqueles feitos junto aos Procons e demais órgãos ou entidades que atuem na defesa do consumidor, bastarão para comprovar a resistência do fornecedor em satisfazer a demanda.

Dessa forma, estimula-se o contato entre consumidor e fornecedor para a resolução de eventual insatisfação, ao mesmo tempo em que se garante ao consumidor a possibilidade de solicitar o cumprimento do seu direito em juízo, diante da negação do fornecedor em solucionar a demanda. Em 2018 foram apresentadas 4,7 milhões de novos processos judiciais envolvendo relações de consumo, contingente que pode perfeitamente ser tratado via fortalecimento dos Procons.

Esses recursos poderiam perfeitamente ser investidos em outras áreas como segurança, saúde e educação, então o projeto estabelece a obrigação do fornecedor de tratar essas questões no âmbito administrativo.

Este colegiado promoveu reunião de audiência pública sobre a proposição que muito contribuiu para subsidiar a elaboração deste parecer.

* C D 2 3 6 2 4 2 8 2 1 7 0 0 *



Nesta Legislatura, houve a apresentação da EMC 1/2023 que trouxe importantes contribuições motivo que nos leva a cumprimentar o ilustre autor, Deputado Marangoni.

Argumenta sua excelência que “antes de adentrarmos ao mérito da proposta do PL 533/19, cabe lembrar que em 2020 ingressaram 17 milhões de novas ações judiciais, o que demonstra a urgente necessidade de aprimoramento da Constituição Federal no sentido de dar segurança jurídica às composições extrajudiciais, visto que o Poder Judiciário, como detentor do monopólio da resolução definitiva de conflitos, é cobrado para ser célere na prestação jurisdicional, visto que é constitucionalmente assegurado a todos a razoável duração do processo, mas o volume de demandas se sobrepõe à possibilidade de resolvê-las” e que a emenda endereça uma solução adequada para o caso.

A emenda traz uma medida alternativa para avançar no assunto, considerando as importantes contribuições trazidas pelo nobre Deputado Gilson Marques durante as discussões do projeto em especial a substituição da pretensão resistida como “interesse processual” pela “possibilidade jurídica do pedido”, posto que vincularia uma pretensão possível do ponto de vista jurídico e, portanto, como doutrinava Giuseppe Chiovenda, integra o mérito da causa”.

A emenda acerta também ao argumentar que:

A obrigatoriedade de se buscar a conciliação para se estabelecer a “possibilidade jurídica do pedido” deve ser ingerida como parágrafo no artigo 186 do Código Civil, dispondo que “o dano moral se consubstanciará quando injustamente o violador do direito não se dispuser a providenciar o ressarcimento do dano material”. Neste caso, caberia ao autor da ação demonstrar que houve “resistência” à sua pretensão, o que seria exigido com a inclusão de dois parágrafos no artigo 376 do CPC e, caso não o faça, por não haver a “possibilidade jurídica do pedido”, teria seu pedido julgado improcedente, nos termos do artigo 487 do CPC.

Ao mesmo tempo, necessário incentivar a prática da conciliação extrajudicial, o que, se dado a ela segurança jurídica, estimulará a



composição. Entendemos que a obrigatoriedade da participação de advogado nas composições extrajudiciais reforçará os efeitos da transação previstos no artigo 840 e seguintes do Código Civil. Para tanto, sugere-se modificações no Código Civil (artigos 841 e 842), bem como na Lei 8.906/94.

Assim, no âmbito temático desta Comissão de Defesa do Consumidor, entendemos como benéfico o estímulo à conciliação extrajudicial pela legislação pátria e, portanto, somos favoráveis ao mérito iniciativa, deixando a avaliação dos demais aspectos a cargo da competente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Entendemos que a referida emenda pacifica questões e viabiliza uma nova sistemática que, certamente, em muito contribuirá para o avanço da matéria.

Recebemos diversas sugestões dos membros desta Comissão, em especial do Deputado Gilson Marques que foram incorporadas ao texto, motivo que nos leva a propor um novo texto substitutivo.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 533, de 2019, da ESB nº 1/2019 e da EMC nº 1/2023 – CDC, com substitutivo.

Sala da Comissão, de de 2023.

Datado e assinado eletronicamente

Deputado VINICIUS CARVALHO

Relator

* C D 2 3 6 2 4 2 8 2 1 7 0 0 *



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 533, DE 2019

NOVA EMENTA: Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que estabelece o Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

.....

§ 4º. As conciliações extrajudiciais com êxito, quando assistidas por advogados e forem homologadas judicialmente, são reconhecidas como transação para fins do artigo 487, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.” (NR)” (NR)

.....

“Art. 17.....

§ 1º Em caso de direitos patrimoniais disponíveis é necessário comprovar a resistência do réu em satisfazer a pretensão do autor.

§ 2º Tratando-se de ação decorrente da relação de consumo, a resistência mencionada no § 1º poderá ser demonstrada pela comprovação de tentativa extrajudicial de satisfação da pretensão do autor diretamente com o réu, ou junto aos órgãos integrantes da Administração Pública ou do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, bem como por intermédio de centros ou câmaras de solução de conflitos, Câmaras privadas de conciliação e mediação ou outros órgãos conveniados ao Conselho Nacional de Justiça ou aos Tribunais para a resolução consensual de conflitos, presencialmente ou pelos meios eletrônicos disponíveis.” (NR)

.....

“Artigo 491.....

.....



§ 3º Na definição da extensão da obrigação extrapatrimonial, o juiz levará em consideração:

- I - a intensidade do sofrimento ou da humilhação;
 - II - os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão;
 - III - a extensão e a duração dos efeitos da ofensa;
 - IV - as condições em que ocorreu a ofensa;
 - V - o grau de dolo ou culpa;
 - VI - a ocorrência de retratação espontânea;
 - VII – o esforço efetivo para minimizar a ofensa;
 - VIII - a situação social e econômica das partes envolvidas; e
 - IX - o grau de publicidade da ofensa.” (NR)
-

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 841.Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.” (NR)

Art. 842.....

Parágrafo único. As conciliações extrajudiciais com êxito, quando as partes estiverem assistidas por advogados, são reconhecidas como transação para fins do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.” (NR)

.....

Art. 3º. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.....

.....

§ 4º. As conciliações extrajudiciais com êxito, quando assistidas por advogados e forem homologadas judicialmente, são reconhecidas como transação terão os efeitos de transação para fins do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.” (NR)

.....



Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2023.

Datado e assinado eletronicamente

Deputado VINICIUS CARVALHO
Relator

